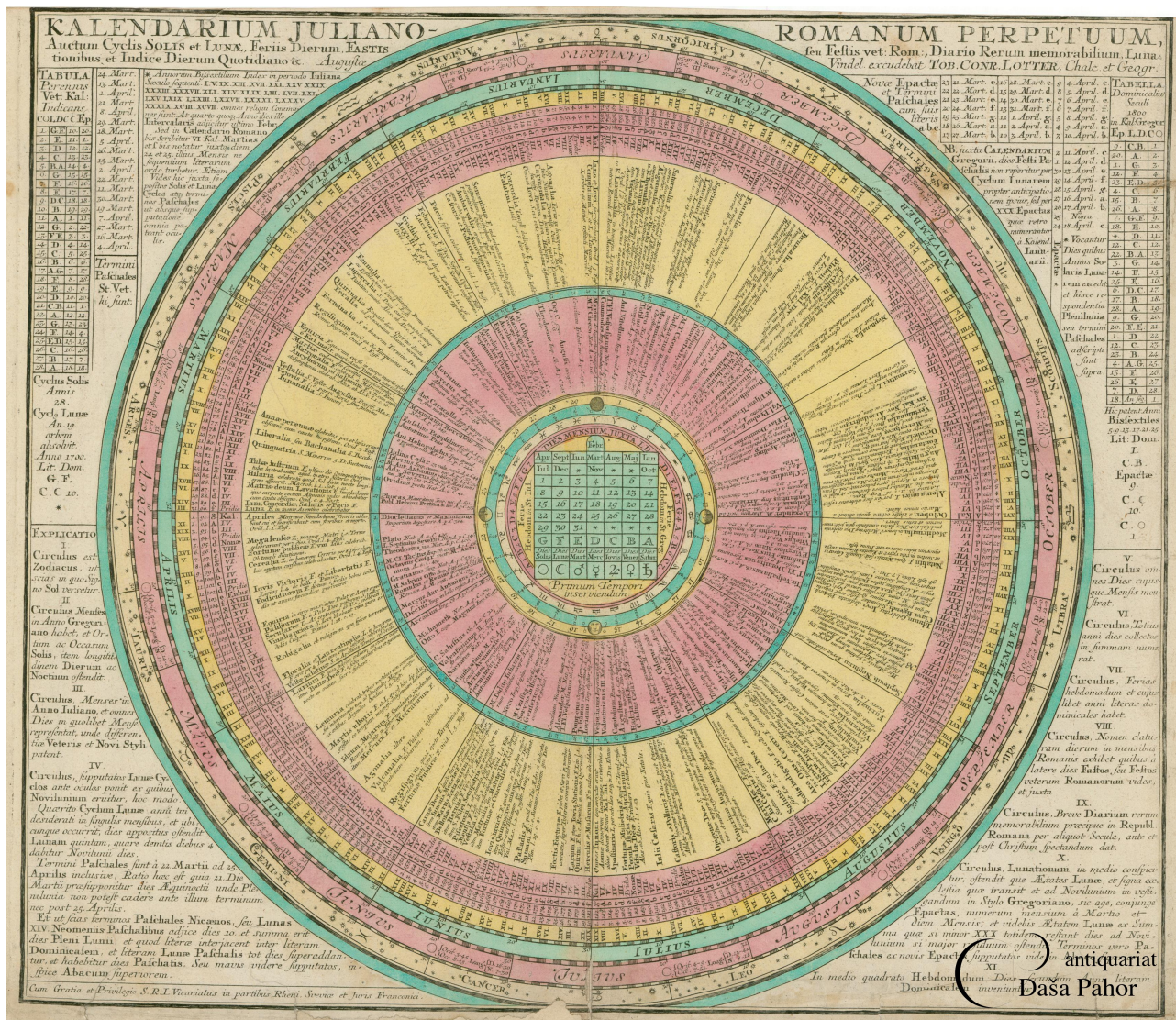


Dez dias que desapareceram do calendário

Ninguém nasceu, ninguém morreu, nada aconteceu. Nada houve a registar durante dez dias. A ordem veio do Papa e os príncipes católicos cumpriram. Portugal foi das primeiras nações a sentir que a Igreja Católica até no tempo mandava. Mas foi assim que surgiu, para só aparecer de quatro em quatro anos, o dia 29 de fevereiro.



Os calendários juliano e gregoriano em confronto, pela mão de Tobias Conrad Lotter, que também é conhecido pelos seus mapas. Esta gravura de cobre, concebida cerca de 1750, em Augsburg, com as dimensões de 49,5 x 57 cm, esteve à venda, em 2016, por 400 euros num antiquário situado em <http://www.pahor.de>

Naqueles dez dias de 1582, ninguém nasceu, ninguém morreu, nada aconteceu. Nada houve a registar em Portugal, Espanha, Itália e Polónia. Os habitantes destes países adormeceram na quinta-feira de 4 de outubro e acordaram na sexta dia 15 do mesmo mês. Foram os primeiros a abandonar o calendário de um imperador romano

para seguir outro com nome de Papa, pondo na agenda o dia 29 de fevereiro, de quatro em quatro anos. Até hoje.

Entre os primeiros a sentir a reforma de Gregório XIII estão os portugueses, já que eram súbditos do espanhol Filipe, monarca católico interessado em manter boas relações com Roma, nestes tempos em que passara de candidato ao trono de Portugal e possessões ultramarinas a conquistador, ao derrotar em 1580, na batalha de Alcântara, às portas de Lisboa, as tropas de dom António, proclamado rei nesse ano depois da morte do cardeal dom Henrique.

Filipe, na História II de Espanha e I de Portugal, rei "dois em um", como agora se diria, conseguiu ser legitimado nas Cortes de Tomar em 1581 e resolveu permanecer por algum tempo no reino que fora de seu sobrinho Sebastião. E encontra-se em Lisboa quando, no dia 20 de fevereiro, "querendo-se confrontar em tudo (como é razão) com o que sua santidade assim ordenou", transforma em lei a vontade do Papa, a fim de se passar a celebrar "o dia da Páscoa da Ressurreição do nosso senhor Jesus Cristo no próprio tempo em que os Sumos Pontíficos antigos e o santo e o Santo Concílio Niceno o determinaram".

"Dom Filipe, pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém, mar em África, senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc.", assim se denomina o monarca ao ordenar, para se cumprir em outubro, que "passados os primeiros quatro dias do dito mês se comesse logo a contar dos quinze dias e daí por diante até aos trinta e um, e os mais meses corressem pela conta antiga que até agora tiveram".

Cinco localidades portuguesas serão das primeiras a saber que o mês de outubro vai ser encurtado. No dia da publicação, o chanceler-mor do reino Simão Gonçalves Preto foi incumbido de afixar, de imediato, uma cópia da lei nas portas dos paços reais e da Câmara de Lisboa. "E outros tais traslados se fixarão nas portas das cidades de Évora, Coimbra, e Porto, e da Vila de Santarém. E assim enviará logo com muita diligência os mais traslados que foram necessários passados pela dita maneira, aos corregedores das comarcas, ouvidores dos mestrados, e aos ouvidores das terras, mando que os publiquem nos lugares onde estiverem e nos mais das suas comarcas e ouvidorias para que a todos seja notório."

Em Madrid, apenas no dia 3 de outubro se apregoará a "pragmática sobre el orden que se ha de guardar en la reformación y qüenta del año", com "trompetas e tambores por pregoeiros públicos em altas e inteligíveis vozes", como de hábito defronte do palácio e da casa real e na porta de Guadalajara, que fisicamente já não existia: ardeu em 1580, quando a encheram de luminárias para os festejos pela conquista de Portugal. Foi em cima da hora, Filipe II terá tido conhecimento de alguma confusão, e, numa das inúmeras cartas escritas às filhas durante a permanência no seu novo reino, escreverá: "creio que aqui se soube e

publicou primeiro do que aí e assim creio que já se sabia melhor o que se havia de fazer”.

Na pragmática que assinou a 29 de setembro como rei de Castela, foi ainda mais preciso e mandava que se “rebatassem e baixassem aos soldos e salários” os dez dias suprimidos, uma vez que “não se devem nem é justo que se paguem”. Ordenava que, sobretudo, se tivesse “atenção a que de este novo calendário e lei não redunde fraude nem prejuízo a nada, porque a intenção de sua Santidade e nossa não foi outra senão somente de entender e corrigir o erro e engano que havia no verdadeiro cômputo do ano”.

NO SÉCULO XIV JÁ SE TINHAM RISCADO 38 ANOS EM NOME DE CRISTO

Oficialmente aconteceu, mas o povo demorou a habituar-se. Provavelmente fez-se como nas alturas da passagem do real para o escudo ou deste para o euro, nos séculos XX e XXI, isto é, até à habituação completa, e quando se falava num dia, referia-se o equivalente antigo. Já não era, porém, a primeira vez que se mexia no tempo e também para refrear a importância do imperador romano. Há 122 anos, os antepassados dos portugueses e dos espanhóis perderam 38 anos para abdicar da era de César e entrar na era cristã.

Desde o século VI até praticamente ao fim do período medieval, a Ibéria regeu-se pela era de César, também designada “hispanica” — a contagem dos anos iniciava-se na data da conquista da Península pelos romanos — ano 716 da fundação de Roma, ano 1 da era hispânica. Mais tarde, a Igreja incumbiu o abade grego Dionísio da definição do «Anno Domini» e a contagem voltou ao número 1 (desconhecia-se ainda o zero), considerado o do nascimento de Cristo e, muito embora o religioso-historiador tivesse calculado mal os anos de reinado de Herodes e errado as contas, passou-se a subtrair 38 anos à era de César para apurar a de Cristo. Aragão adotou a nova era em 1350, Leão e Castela em 1383; Portugal, com o decreto régio de João I, seguiu-lhes as pisadas no século seguinte, a 22 de agosto de 1460, fazendo o reino recuar ao ano 1422.

Chegados ao século XVI, a experiência neste tipo de mudança já era substancial. Não terá sido muito difícil, portanto, prever a possibilidade de confusão por haver “promessas, contratos, e obrigações feitas” ou “algumas pessoas obrigadas a fazer algumas coisas, ou pagar algumas quantias a certo termo, e a diminuição dos dez dias poderia ser em seu prejuízo”, como se lê na “Lei sobre a mudança dos dez dias de Outubro que se suprimiram por causa da reforma gregoriana”.

A solução Filipe adiantou-a, logo ali: “Mando a todas minhas justiças, que quando em juízo se mover tal dúvida a determinem como for direito dando mais dez dias em lugar dos que foram diminuídos para cumprirem com as ditas obrigações de modo que pela dita diminuição não se fiquem as partes prejudicadas e o mesmo se guardara quando se

tratar de alguma pessoa ter caído em comisso, e nas restituições, prescrições, e casos semelhantes, em que possa haver prejuízo de partes, causado da diminuição dos ditos dez dias”.

“Creio bem que haverá dúvidas nisto do ano mas elas ir-se-ão esclarecendo — admite o rei na carta de 25 de outubro, do novo calendário, às filhas Isabel, de 16 anos, e Catarina, a dias de fazer 15 — e as tábuas dos calendários perpétuos creio bem que servirão, mas as regras por onde se governavam as tábuas não creio que sirvam, porém, as tábuas sim; ainda nestes três meses, de São Lucas até ao fim do ano, serve a tábua 35 e, no ano que vem, a tábua 20 e daqui a um ano é de crer que já se conhecerão as restantes.”

A somar ao atraso do pregão da lei em Madrid, há ainda a ter em conta as muitas dificuldades que a divulgação do novo calendário enfrentou em Castela, “porque o rei dom Filipe não aceitava as condições do livreiro romano que tinha o privilégio da impressão do *Kalendarium gregorianum*”, diz o historiador espanhol Fernando Bouza Alvarez em “*Cartas para Duas Infantas Meninas*”. O Calendário Gregoriano Perpétuo será impresso em 1853 pelo livreiro de paris Iacobum Kerver; em Portugal, a publicação, no mesmo ano, terá o carimbo do editor António Ribeiro.

TERESA DE ÁVILA NÃO ESTEVE DEZ DIAS À ESPERA DE SER ENTERRADA

Segunda-feira, três dias antes da longa noite, na missiva datada de 1 de outubro, o rei acrescentara uma nota, a seguir à assinatura “o vosso bom pai”, para lembrar as infantas de que a carta que elas lhe escreverem no sábado seguinte já deveria levar a data de 16 de outubro. “Deverá estar já de acordo com o cômputo novo, o que será uma coisa estranha. Não sei se o perceberão em todos os sítios e se haverá erros nisso, em breve o veremos”, escreveu. Para não haver erro algum, Teresa de Jesus, nascida Teresa de Ávila, morreu a 4 de outubro desse ano e, por isso, segundo o registo oficial, foi enterrada no dia 15, confundindo os mais distraídos que chegaram a investigar a razão pela qual a santa ficara dez dias à espera do funeral.

A mudança não se fez com o acordo de todos, claro, teve também os seus críticos. Ou por não quererem obedecer ao líder da Igreja católica ou por discórdia científica, religiosos e laicos opuseram-se ao calendário gregoriano. Contudo, as relações entre países, sobretudo as comerciais, foram motivos para as nações renitentes se irem convertendo ao longo dos anos. “O novo calendário foi muito mal recebido, tanto por representar uma mudança de hábitos ancestrais como por perturbar o ano agrícola tradicional e os provérbios meteorológicos”, elucida o académico inglês Leofranc Holford-Strevens em “*Pequena História do Tempo*”.

“Em França passou-se de 9 a 20 de dezembro, nos estados católicos da Alemanha de 21 a 1 de janeiro e nos Países Baixos, por acordo de Filipe II a 10 de janeiro de 1583, de 11 a 22 de fevereiro. A católica Polónia recebeu o calendário em 1586 e na Hungria no ano seguinte. Na Escócia começou a utilizar-se em 1600, enquanto na Dinamarca e na Suécia só aconteceu a partir de 1700. Embora, na generalidade, a oposição dos protestantes tenha durado mais de um século, por fim aceitaram a reforma no século XVIII. Japão introduzi-o em 1873. Já no presente século, aderiram a Grécia e a sua Igreja Ortodoxa, vários estados da ‘Europa Oriental’ — Roménia, Rússia, Sérvia, Bulgária, Jugoslávia, etc. — China e Turquia, entre outros”, resume o professor Galende Díaz, da Universidade de Madrid, num estudo de 1999.

Mesmo no vasto império de Filipe não se processou uniformemente. Eram conhecidas as dificuldades de comunicação e também a rebeldia em acatar ordens de um poder longínquo. “E porque em algumas partes destes meus reinos e senhorios (por estarem muito distantes deles, e além do mar, e pela brevidade do tempo) esta lei não poderá vir à notícia dos moradores delas”, reconhecia o rei, ordenando que se a cumprisse em 1583, “ou no ano em que esta lei nas ditas partes for publicada, conforme ao que nela se contem, como sua santidade o tem declarado”.

ANOS BISSEXTOS ACABADOS EM ZERO PODEM NÃO O SER

Até a Igreja Católica Romana provocar a longa noite de outubro, seguia-se desde o ano 45 antes de Cristo o calendário juliano. Por isso, o mês de fevereiro tinha 28 dias, e de quatro em quatro anos ganhava mais um, denominado pelo imperador Júlio César “ante diem bis sextus Calendas Martias”, ou seja, o dia bissexto antes das calendas de março — o dia antes do sexto que nos padrões de hoje representaria uma agenda com dois dias 24. Mas porque nem sempre se seguiam as normas, chegados ao século XVI registava-se um desfasamento de 9 dias, 19 horas, 20 minutos e 18 segundos, daí ter-se achado ser tempo de minorar a diferença entre o sol e a terra e recolocar no seu sítio os dias religiosos cada vez mais fora do lugar indicado.

O Papa Gregório XIII reuniu as condições, matemáticos e astrónomos conceberam a solução. No dia 24 de fevereiro de 1582, assinou a bula “Inter Gravissimus”, ordenando a supressão do tempo e determinando que os santos desses dias fossem comemorados entre os novos 15 e 18 de outubro. Nesta reforma, que institui o dia 29 de fevereiro para compensar o desfasamento, é ainda aumentado em quatro dias o sistema lunar para reajustar o ciclo que o astrónomo grego Metón estabelecera em 432 a.C., depois de descobrir que 235 meses sinódicos equivalem a 19 anos trópicos - portanto, haveria sete bissextos e 12 de 12 meses lunares cada um.

A reforma gregoriana previa ainda que nem todos os anos bissextos o seriam... “As discrepâncias posteriores seriam evitadas através da

supressão do dia bissexto nos anos centenários (os que terminam em 00), a não ser que fossem divisíveis de modo exato por 400. Esta não foi a correção mais exata, mas foi a mais conveniente, já que era muito mais fácil de ser controlada do que os ciclos alternativos”, explica Holford-Strevens, frisando: “Tinha também a vantagem de manter o ano de 1600 como um ano bissexto, estando a primeira supressão à distância segura de 1700. Esta parte da reforma é vulgarmente conhecida como Estilo Novo”.

O rei Filipe “não vacilou na hora de assumir o novo sistema”, afirma Juan Carlos Galende Díaz. De facto, como refere o professor universitário doutorado em História, em “Felipe II y la Reforça del Calendário Juliano”, o rei tratou imediatamente de reunir os assessores para se pensar nas consequências e, após diversas reuniões, decidiu fazer a troca de calendários o mais depressa possível e assim deu a saber a distintas personalidades, tanto eclesiásticas como civis, e à maioria dos concelhos”.

O seu interesse pela mudança do calendário já tinha alguns anos, despertara-o o próprio Papa quando sondara todos os príncipes católicos sobre o “Compendium novæ rationis restituendi calendarium”, uma proposta publicada em 1577 da autoria do matemático e astrónomo Luigi Giglio ou Lilio, menos radical do que a reforma que irá ser aplicada. O filósofo e astrónomo Aloysius Lilius, de seu nome latino, propunha que se suprimisse os dez bissextos seguintes. Era uma medida para 40 anos. Mas adiantava os cálculos para a solução, o que lhe há de valer, em 2010, quinhentos anos após o seu nascimento, uma cratera lunar com o seu nome.

O monarca espanhol, que reinará 18 dos 60 anos da monarquia dual, enviou para Roma aquilo que pensava, espelhado numa proposta elaborada por Juanelo Torriano, considerado pelos seus pares “grande matemático, singular relojoeiro e mecânico”, na qual se adiantava cálculos e soluções para fazer coincidir a Páscoa com o dia 21 de março: ou se marcava o dia 25 ou se seguia na linha do concílio de Niceia, do ano de 325, em que ficara decidido que o dia dedicado à ressurreição deveria ocorrer no primeiro domingo de lua cheia depois do equinócio da primavera. O calendário gregoriano seria assim elaborado a contento do poderoso rei, que não queria mudar nem missais nem breviários.

No ano de 1578, o Papa nomeou uma comissão científica para estudar a nova forma de organizar o calendário, sem, no entanto, pôr de lado o de Júlio César, inspirado no sistema solar egípcio. A presidir estava o cardeal Guglielmo Sirleto, de 49 anos, conhecido por “sábio calabrês”, secretariado pelo bispo Vicenzodi Lauri de Mondovi, médico e astrónomo de 54 anos, membro da cúria romana. Além destes, assinaram o relatório final, datado de 14 de setembro de 1580, sete eminentes figuras da época, matemáticos, astrónomos, teólogos, juristas, entre estes o médico António Lilio, irmão de Luigi falecido em 1576.

O dia de Páscoa voltou assim a cair a 21 de março. E o tempo solar e o oficial do mundo católico aproximaram-se; muito embora as medidas tomadas por Júlio César já tivessem uma pequena margem de erro — o ano juliano tinha 365,25 dias, ou seja, 365 dias e 6 horas, o chamado ano trópico tem 365,2422 (365 dias, 5 horas, 48 minutos e 45 segundos) — os especialistas de Gregório XIII conseguiram baixar essa diferença de 0,0078 dias a mais para 0,0003. O ano gregoriano tem 365,2425, leia-se 365 dias, 5 horas 48 minutos e 20 segundos.

Gregório XIII, italiano, nascido Hugo Boncompagni em 1502, que foi legado papal em Espanha, sucedeu a Pio V quando completou 70 anos. Esteve ocupado em lutar contra a rainha Isabel I de Inglaterra, que era protestante e cujo reino não aceitará a ordem da mudança por não ter de se sujeitar ao Papa (só aceitarão dois séculos depois), mas conseguiu dar a ideia de que a Igreja Católica Apostólica Romana dominava o tempo. Até hoje, cumpre-se religiosa e laicamente o calendário gregoriano, mas há quem queira mudá-lo no dia 1 de janeiro de 2017.

HÁ QUEM QUEIRA MUDAR DE NOVO DE CALENDÁRIO EM NOME DA ECONOMIA OU DA PAZ

O calendário Henry-Hanke diz-se uma versão melhorada de outros que já foram propostos no passado: mantém a ideia de um ano de 12 meses e uma semana de sete dias. Mas as datas não variam, o dia da semana em que se nasceu, por exemplo, uma segunda-feira, sê-lo-á para a eternidade... Henry-Hanke

Desde a implantação do calendário gregoriano que têm surgido ideias para trocas do sistema de medição do tempo pelos humanos. A de mudar o calendário já no próximo ano, uma vez que o dia 1 coincide com um domingo, partiu do físico e astrónomo Richard Henry e do economista Steve Hanke, que propõem um ano com 12 meses, sendo dois de 30 dias seguidos por um de 31. A cada cinco ou seis anos, seria acrescentada a "semana Xtr" para compensar o desfasamento com o tempo solar. Quando lançaram a ideia, há cerca de oito anos, também se percebeu que esta é uma tentativa de ser conveniente à economia, aliás, há empresas, como a Apple e a pioneira Kodak, que seguem o seu próprio calendário.

O calendário Henry-Hanke diz-se uma versão melhorada de outros que já foram propostos no passado: mantém a ideia de um ano de 12 meses e uma semana de sete dias, garantindo acabar com o que os seus autores consideram ser a "confusão de calendário", já que as férias, os anos letivos e acontecimentos só exigiriam planeamento uma e única vez. O dia de Natal, por exemplo, seria sempre a um domingo.

De facto, entre 1930 e 1955, a "World Calendar Association", fundada por Elisabeth Achelis, publicou o "Journal of Calendar Reform" ("Jornal da Reforma do Calendário") para tentar convencer o mundo a adotar um dos seus dois projetos: ou os tradicionais 12 meses, com oito de 30 dias

e quatro de 31, divididos em quatro trimestres de 91 dias; ou um ano com 13 meses de 28 dias, distribuídos pelo mesmo número de trimestres. Em ambos os casos, os dias do mês corresponderiam sempre ao mesmo dia da semana.

Nos anos de 1980, outro movimento tentou impor um novo calendário para o mundo. José Argüelles, artista, doutorado em Arte e Estética, investigador do calendário Maya, presidente da associação Lei do Tempo, propunha um sistema de 13 luas de 28 dias que, na sua opinião, estaria mais em harmonia com os ritmos naturais, uma vez que a natureza influencia o ser humano. Para compensar o desfaseamento, seria instituído um dia “fora do tempo”, em julho, dedicado à celebração da paz no mundo.

“PARA CHEGAR A TEMPO AO NOSSO ENCONTRO DIÁRIO COM O SOL”, DIZIA CHÁVEZ

A grande mudança deu-se por imperativos do tempo, com ampla adesão, não apenas por vontade de um senhor poderoso (como, aliás, inúmeras vezes sucedeu, mesmo já neste século). Hugo Chávez, no exercício do terceiro mandato na presidência da Venezuela, mandou atrasar meia hora os relógios no ano de 2008, “em nome do século XXI” e do “efeito metabólico positivo” que teria na população. “Para chegar a tempo ao nosso encontro diário com o Sol”, era um dos ‘slogans’ chavistas.

Três anos depois, por outros motivos, as ilhas Samoa, no Oceano Pacífico, engoliram um dia do calendário. Em 2011, os samoanos deitaram-se na quinta-feira, 29 de dezembro, e acordaram no sábado, dia 31 de dezembro, preparados para serem os primeiros no mundo a festejar a passagem de ano. A razão oficial? “Ao fazer negócios com a Nova Zelândia e com a Austrália, estamos a perder dois dias úteis por semana”, disse o primeiro-ministro Tuilaepa Sa’ilele Malielegaoi ao “Samoa Observer”.

Samoa, com os seus cerca de cinco mil habitantes, passou assim, em termos de festejos, à frente da vizinha ilha Kiritimati, o maior atol do mundo que integra a República de Kiribati. Em 1995, uma outra ilha do arquipélago de Kiribati, a Caroline, também mudara de fuso horário. “A razão alegada para a mudança foi uma promessa de campanha do presidente de Kiribati, Teburoro Tito, para eliminar a confusão da dupla Linha de Data de Kiribati, estando constantemente em dois dias diferentes.” Mas dizia-se que a verdadeira razão era capitalizar o feito turístico de ser o primeiro local a entrar no ano 2000, tanto que acabou por ser rebatizada oficialmente de Milénio.